



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Secretaria de Saúde

Processo nº 11798/21 (anexo 18136/2020, 8453/20 e 8719/20)

Requerente: Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: Recurso licitação

PROCESSO Nº 11798/21
DATA 24 / 05 / 21
Folhas Nº 22 Rubrica 9

À Procuradoria Geral;

De ordem da Ilma. Sra. Secretária de Saúde, analisando o recurso interposto pela empresa inabilitada, esta Secretaria à luz do disposto no artigo 29 da Lei 8666/93 e o regramento editalício, bem como em homenagem ao princípio da vinculação ao edital, adota as razões expostas Ilmo. Sr. Pregoeiro como razão de decidir para negar provimento ao recurso, mantendo incólume a decisão proferida pela Comissão de Pregão.

Deste modo, encaminho o procedimento para análise jurídico/legal acerca do recurso interposto.

Nova Friburgo, 19 de maio de 2021


Rodrigo de Lima Carvalho

Subsecretário de Atenção Hospitalar

matr. 62.613

Processo: 11978/2021

Recorrente: All Business Serviço de Coleta e Tratamento de Resíduo Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 015/2021 (Processo Licitatório n. 18136/2020)

À Comissão de Pregão II;

Trata-se de recurso administrativo apresentado pela recorrente em 11 de maio de 2021 contra a sua inabilitação no Pregão Eletrônico n. 015/2021 (Processo Licitatório n. 18136/2020), que tem por objeto licitar a melhor proposta para o registro de preços para fornecimento de nutrição e alimentação destinada a pacientes, acompanhantes e funcionários do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

I. DO RELATÓRIO

Em síntese, o recorrente requer seja julgado provido o presente recurso para que seja determinada a anulação de todos os atos do Pregão Eletrônico 015/2021, a partir da fase de apresentação das propostas, com seu refazimento, bem como seja determinada sua habilitação, tendo em vista o cumprimento dos requisitos dispostos no edital, afirmando ter apresentado a Certidão Negativa de Tributos Municipais, na qual consta expressamente o número da inscrição municipal.

A Comissão de Pregão, em manifestação de fls. 04/11 acerca do recurso, recebeu o mesmo tendo em vista presentes os requisitos de admissibilidade e tempestividade e, no mérito, entendeu pelo desprovisionamento do recurso, sob o fundamento de que o recorrente deixou de cumprir o item 19.2 do edital quando deixou de apresentar documento obrigatório para participação do certame consistente na prova da inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, que deveria ter sido apresentado juntamente com a proposta antes da abertura da sessão, na forma do art. 26 do Decreto n. 10024/2019, bem como que a CND se trata de documento distinto, conforme estabelecem os incisos II e III do art. 29 da Lei n. 8.666/93, e, ainda que não fosse o caso, a prova de inscrição exigida no presente certame é a no âmbito da fazenda estadual, por se tratar de compras, tratando-se de incidência de ICMS e não ISS.

A Secretaria de Saúde, em decisão de fls. 12 sobre o recurso, acolheu as razões da Comissão de Pregão pelo desprovisionamento do recurso, encaminhando o procedimento a esta Procuradoria para análise jurídica/legal do recurso.

É o relatório.

II. DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 109 da Lei n. 8.666/93:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inabilitação do licitante;

- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 78 desta lei;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

[...]

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

Também assim dispõe Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses”.

Verifica-se que o recurso apresentado pela recorrente é aquele previsto no inciso I, chamado pela doutrina de recurso hierárquico, o qual, segundo Diogenes Gasparini, é o “meio adequado para o superior rever o ato, decisão ou comportamento de seu subordinado, especialmente da comissão de licitação, quando devidamente interposto”. (cf. in Direito Administrativo, 13ª ed., São Paulo, Saraiva, 2008, p. 684).

Conforme dispõe o § 4º do art. 109 da Lei de Licitações e inciso IV do art. 13 acima transcritos, cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso, cabendo à referida secretaria o julgamento e decisão final.

No caso em tela, a Secretaria de Saúde, em decisão de fls. 12, já se manifestou pelo desprovidimento do recurso.

De fato, salvo melhor juízo, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantida a decisão da Comissão de Pregão e da Secretaria de Saúde, pelos fundamentos narrados a seguir.

Dispõe o art. 29 da Lei n. 8.666/93:

“Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)”

De acordo com o edital do Pregão Eletrônico n. 015/2021, é exigido para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, dentre outros, os documentos previstos no item 19 a seguir reproduzido:

4

19. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

19.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

19.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuições Estadual ou Municipal, conforme o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto lícito;

19.3 - Prova De Regularidade Com A Seguridade Social (INSS), através da apresentação da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, ou **Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212, de 1991;

19.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS)** expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da **Certidão da Dívida Ativa Municipal** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

19.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS)** expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da **Certidão da Dívida Ativa Estadual** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

19.6 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**, expedido pela Caixa Econômica Federal -CEF.

19.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou da **Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas** com os mesmos efeitos da CNDT.

Verifica-se que, tanto na Lei 8.666/93, art. 29, incisos II e III, quanto no Edital, item 19, tratam-se de documentos diversos, diferentemente do alegado pela recorrente, não sendo possível confundir a exigência de prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal com a prova de regularidade perante a fazenda estadual ou municipal, ou certidão positiva com efeito de negativa.

Sendo assim, se a recorrente não apresentou o documento exigido no item 19.2 dentro do prazo estabelecido, correta a sua inabilitação.

Como é de notório conhecimento, o pregão é a modalidade de licitação (procedimento administrativo vinculado) por meio do qual a Administração Pública seleciona a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com objetivo de obter o melhor produto/serviço pelo menor preço.

Nas sábias palavras de Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 30a ed., SP: Malheiros, p. 283), o edital é a lei interna da licitação e vincula inteiramente a Administração e os proponentes.

Assim, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei n. 8.666/1993, *in verbis*:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”.

“Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor”.

O princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas, como leciona Licínia Rossi em seu Manual de Direito Administrativo (2015, p. 530):

“Além das disposições legais aplicáveis num procedimento licitatório, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha essencialmente vinculada (art. 41 da Lei n. 8.666/93)”.

Trata-se de uma garantia não só para a Administração, mas também para todos os licitantes, conferindo lisura na realização do certame, eis que todas as partes envolvidas têm conhecimento das regras a serem aplicadas.

Portanto, se o recorrente não apresentou sua documentação em conformidade com o estabelecido no edital, deve ser inabilitado.

Ademais, qualquer dúvida relativa às regras estabelecidas no edital licitatório poderia ter sido questionada anteriormente à data do início do pregão, conforme preconiza o §1º do art. 41 da Lei n. 8.666/93 e item 27.1 do edital, não tendo havido qualquer questionamento ou impugnação por parte da recorrente.

III. DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opina-se pelo **desprovimento do recurso, em conformidade com a decisão da Comissão de Pregão e da Secretaria Municipal de Saúde, com a consequente manutenção da inabilitação do recorrente, devendo os autos serem remetidos à Comissão de Pregão II para ciência e prosseguimento.**

Nova Friburgo, 24 de maio de 2021.

Ana Paula Bitó Jordão

Procuradora Geral do Município de Nova Friburgo
Matr. 62.004.